



## A UNIÃO EUROPEIA E OS SEUS PARCEIROS COMERCIAIS

Ao longo dos anos, a UE tem-se afastado da produção de produtos de mão-de-obra intensiva e de baixo valor, de forma a especializar-se em bens de marca de maior valor. Devido à sua economia aberta, o comércio é essencial para a UE. Para ultrapassar as barreiras ao comércio e nivelar as condições de concorrência para as suas empresas, a União está a negociar vários acordos de comércio livre (ACL). A UE também é fundadora e uma agente essencial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

### BASE JURÍDICA:

O artigo 207.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) estabelece a política comercial comum como uma competência exclusiva da União Europeia.

### A POSIÇÃO CENTRAL DA UE

A UE é a maior economia do mundo, representando mais de 20 % do produto interno bruto mundial (PIB). Graças ao seu PIB de cerca de 15 biliões de euros e à abertura do seu mercado, cujas exportações representam 2 791 mil milhões de euros e cujas importações representam 2 578 mil milhões de euros de bens e serviços, a UE tem desempenhado um papel central no desenvolvimento do sistema de comércio global, sobretudo apoiando a OMC. A abertura económica trouxe, e continuará a trazer, vantagens significativas à UE, dado que 30 milhões de empregos na UE dependem do comércio externo e que se espera que 90 % do crescimento económico global nos próximos 15 anos seja gerado fora da Europa<sup>[1]</sup>. Novos agentes económicos e inovações tecnológicas alteraram significativamente a estrutura e os padrões do comércio internacional. Em especial, a ampla utilização de tecnologias de informação possibilitou a comercialização de bens e serviços que antes não podiam ser comercializados. As trocas externas cresceram tremendamente ao longo dos últimos 20 anos, atingindo níveis sem precedentes. A economia global está hoje altamente integrada e as cadeias de abastecimento globais substituíram, em grande medida, o comércio tradicional no que diz respeito aos produtos acabados.

Os efeitos da crise financeira mundial tiveram um impacto negativo sobre o desempenho económico da União. Contudo, em alguns aspetos, a economia da

[1]«Comércio para Todos: rumo a uma política mais responsável em matéria de comércio e de investimento», Comissão Europeia, p. 8, consultado em 26 de abril de 2019, [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2015/october/tradoc\\_153846.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2015/october/tradoc_153846.pdf).



UE demonstrou uma resistência notável quando comparada com outras economias industrializadas e a sua quota no PIB mundial decresceu com menor rapidez do que as do Japão e dos EUA. A UE também tem sido capaz de preservar uma posição relativamente forte no comércio de bens, ao mesmo tempo que tem reforçado a sua liderança no comércio de serviços.

## **O PAPEL DA COMISSÃO EUROPEIA E DO PARLAMENTO EUROPEU**

O comércio internacional foi um dos primeiros setores em que os Estados-Membros decidiram unir a sua soberania. Consequentemente, encarregaram a Comissão de, em seu nome, gerir matérias relacionadas com o comércio, incluindo a negociação de acordos comerciais internacionais. Por outras palavras, a UE, agindo como entidade única, negocia acordos comerciais bilaterais e multilaterais em nome de todos os seus Estados-Membros. Tal como demonstram os registos do sistema de resolução de litígios da OMC, a UE revelou uma capacidade notável de defender os seus próprios interesses em litígios relacionados com o comércio internacional. A UE também utilizou ferramentas do comércio internacional para promover os seus próprios valores e políticas e tem tentado alargar as suas práticas de regulação ao resto do mundo. De facto, a promoção dos valores europeus, entre os quais os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a boa governação e o respeito do ambiente, é um dos três pilares da estratégia da UE «Comércio para Todos».

Por tradição, a UE tem favorecido um sistema comercial internacional aberto e justo. Ela tem trabalhado arduamente para assegurar «a integração de todos os países na economia mundial, inclusivamente através da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional».

O Tratado de Lisboa reforçou igualmente o papel do Parlamento Europeu, tornando-o colegislador em questões que envolvam o comércio e o investimento, em pé de igualdade com o Conselho. Além disso, atribuiu ao Parlamento um papel mais ativo na negociação e ratificação de acordos comerciais internacionais, dado que agora a sua aprovação é obrigatória. Contudo, alguns elementos da política comercial permanecem da competência dos Estados-Membros. Em 16 de maio de 2017, o Tribunal de Justiça da UE publicou um parecer onde esclarece a divisão das competências nacionais e europeias.

## **ORIENTAÇÃO E POLÍTICA COMERCIAL**

A comunicação de 2010 intitulada «Comércio, crescimento e questões internacionais» fez do comércio internacional um dos pilares da estratégia Europa 2020, destinada a tornar a UE mais ecológica e mais competitiva. Do mesmo modo, a estratégia «Comércio para Todos» de 2015 reforça a política comercial da UE como principal contribuidor para a promoção do crescimento, do emprego e do investimento. Também insta à revitalização da OMC, conferindo-lhe um papel central no desenvolvimento e aplicação das normas, adotando uma abordagem mais focada, em vez da atual abordagem do «compromisso único», que prevê que todos os pontos da agenda devem ser aprovados no seu conjunto, e criando um mecanismo «a dois níveis» que permita que um subconjunto de membros da OMC progridam a respeito duma



questão específica e, ao mesmo tempo, permita que outros membros adiram numa fase posterior.

Contudo, após o impasse nas negociações multilaterais no contexto da OMC sobre a Agenda de Doha para o Desenvolvimento, a UE teve de encontrar formas alternativas de garantir o acesso aos mercados de países terceiros. Para tal, foi introduzida uma nova geração de ACL abrangentes que vão muito além das reduções pautais e do comércio de mercadorias.

O primeiro ACL dessa «nova geração» foi celebrado com a Coreia do Sul e, após a ratificação pelo Parlamento Europeu, foi aplicado a título provisório a partir de julho de 2011, tendo entrado formalmente em vigor em dezembro de 2015. O Acordo Comercial Multilateral entre a UE, o Peru, a Colômbia e, posteriormente, o Equador, em vigor a título provisório desde 2013, o Acordo de Associação com os países da América Central, cujo pilar do comércio tem sido aplicado a título provisório desde 2013, o Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá e a União Europeia (CETA), aplicado a título provisório desde setembro de 2017, o ACL UE-Singapura, cujas negociações foram concluídas em 2014 e o ACL UE-Vietname, cujas negociações foram concluídas no final de 2015, são testemunho da nova política. Entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2019 um ACL com o Japão.

Embora as negociações com os EUA sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) tenham sido suspensas, a UE está a negociar com outros parceiros estratégicos. As negociações sobre um acordo comercial com os membros fundadores do Mercosul são consideradas como um trampolim importante para um maior acesso ao mercado da América do Sul. A UE também encetou negociações relativas a ACL com a Indonésia, a Tunísia, as Filipinas, a Austrália e a Nova Zelândia. As negociações com a Malásia, a Tailândia e a Índia serão retomadas logo que haja condições favoráveis para o efeito. A UE também lançou negociações de tratados bilaterais de investimento autónomos com a China e a Birmânia/Mianmar e irá explorar a possibilidade do lançamento de negociações equivalentes com Taiwan e Hong Kong. A abertura de negociações com o Irão será ponderada depois da adesão deste último à OMC.

Estes acordos irão proporcionar benefícios significativos. A média dos direitos aduaneiros impostos às exportações da UE deverá ser reduzida em aproximadamente 50 %. Espera-se que os acordos de comércio livre contribuam para um crescimento económico da UE equivalente a 2 % adicionais do PIB da UE<sup>[2]</sup>. A finalização destes acordos pode, contudo, demorar vários anos.

## IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

A Europa é a maior exportadora de bens e serviços do mundo e ela mesma é o maior mercado de exportação para cerca de 80 países<sup>[3]</sup>. As trocas comerciais entre a UE e o resto do mundo atingiram 3 936 mil milhões de euros em 2018<sup>[4]</sup>.

---

[2]«The European Union explained: Trade», Comissão Europeia, 2016, p. 5, consultado em 15 de dezembro de 2016, <http://bookshop.europa.eu/en/trade-pbNA0216154/>

[3]«EU position in world trade», Comissão Europeia, consultado em 12 de abril de 2019, <http://ec.europa.eu/trade/policy/eu-position-in-world-trade/>



Principais parceiros comerciais da União Europeia:  
comércio de mercadorias em 2018 (em milhões de EUR)

País	Exportações	Importações	Total	Balança comercial
<b>EUA</b>	406 372	267 270	673 642	+139 102
<b>China</b>	209 906	394 698	604 604	-184 791
<b>Suíça</b>	156 484	108 980	265 464	+47 504
<b>Mundo</b>	1 955 746	1 980 361	3 936 107	-24 615

Fonte: Comissão Europeia, 2019.

Tanto as importações como as exportações aumentaram em comparação com 2017. O aumento das importações (123 mil milhões de euros) foi superior ao das exportações (76 mil milhões de euros).

O excedente comercial da UE-28 passou de 11 mil milhões de euros em 2014 para 60 mil milhões de euros em 2015 e 20,5 mil milhões de euros em 2017<sup>[5]</sup>. Em 2018, registou-se um défice de 24,6 mil milhões de euros. A maquinaria e os equipamentos de transporte foram as categorias mais importantes tanto para as exportações como para as importações, sendo seguidas pelos produtos químicos no caso das exportações e pelos combustíveis minerais no caso das importações.

O total das exportações em 2018 aumentou 4,1 % em comparação com o ano anterior, enquanto as importações aumentaram 6,7 %, atingindo 1 956 mil milhões de EUR e 1 980 mil milhões de EUR, respetivamente. Os EUA continuaram a ser, de longe, o destino mais importante dos bens exportados pela UE em 2018, seguidos pela China, Suíça e Rússia.

A China foi a principal fornecedora de bens para a UE em 2018, seguida pelos EUA e pela Rússia.

A pequena diminuição recente da balança comercial de mercadorias contrasta com a evolução positiva do comércio de serviços. Em 2017, a UE obteve um saldo de 191 mil milhões de euros em transações de serviços com o resto do mundo, com as exportações a atingirem 912 mil milhões de euros e as importações 721 mil milhões de euros. O comércio de serviços representou 33 % do total das exportações e 28 % do total das importações de bens e serviços da UE em 2017<sup>[6]</sup>. Os EUA, a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL) e a Ásia estiveram entre os principais parceiros da UE no comércio de serviços. Com base nos dados mais recentes, o comércio de serviços da UE concentrou-se principalmente em três categorias: outros serviços empresariais, transportes e viagens<sup>[7]</sup>.

[4]Comunicado de imprensa do Eurostat n.º 49/2019, <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/9677750/6-18032019-AP-EN.pdf/6fce968a-cc9f-494d-a19c-e04576e42fa9>

[5]«DG Trade Statistical Guide», junho de 2018, Comissão Europeia, [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/may/tradoc\\_151348.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/may/tradoc_151348.pdf)

[6]Cálculos da DG EXPO do PE baseados em números da Comissão Europeia.

[7]«International trade in services», Eurostat, [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International\\_trade\\_in\\_services#Main\\_services\\_traded](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International_trade_in_services#Main_services_traded), consultado em 12 de abril de 2019; outra categoria estatística de serviços às empresas é constituída por: investigação e desenvolvimento; consultoria profissional e em matéria de gestão; serviços técnicos, comerciais e outros.



## INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO PROVENIENTE DA UE

A UE é o maior investidor mundial e um importante beneficiário do investimento direto estrangeiro (IDE) dos outros. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, alargou mais as competências exclusivas da UE em matéria de comércio internacional, que incluem agora o IDE. A fim de clarificar o âmbito exato das suas competências em matéria de investimento, a Comissão solicitou ao TJUE um parecer sobre o ACL UE-Singapura. O parecer do TJUE de 2017 confirmou que a maior parte dos aspetos relativos ao IDE são da competência da UE, com algumas exceções, em especial a resolução de litígios.

Quota do IDE mundial em 2016 (%)

País	Fluxos de entrada	Fluxos de saída
<b>UE</b>	38,4	52,0
<b>EUA</b>	35,3	39,5
<b>China</b>	7,5	7,9
<b>Canadá</b>	5,3	7,5
<b>Japão</b>	1,0	8,7

*Fonte: Cálculos da DG EXPO do PE baseados em números da Comissão Europeia.*

Mario Damen / Jakub Przetacznik  
04/2019

